



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125428 - PA (2020/0078450-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
RECORRENTE : REGIS JEORGE BRAZ RIBEIRO (PRESO)  
ADVOGADO : SAMUEL LIMA SALES JUNIOR - PA020749  
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Regis Jeorge Braz Ribeiro** – preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de tráfico de drogas – contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Pará, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a prisão preventiva imposta pelo Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Uruara/PA (Autos n. 0006747-34.2019.8.14.0066).

Alega o recorrente, em síntese, ausência de fundamentação da decisão que decretou sua prisão preventiva.

Postula, então, o conhecimento e o provimento liminar do recurso, a fim de que aguarde em liberdade o julgamento do mérito.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, principalmente como no caso, em se tratando de recurso ordinário.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto, em consulta realizada no Sistema Integrado da Atividade Judiciária deste Tribunal, constatei que, em impetração anterior, no HC n. 567.186/PA, no qual deferi o pedido liminar para determinar que o corréu Jhonnilson Carvalho dos Santos aguardasse em prisão domiciliar a apreciação do mérito daquele *writ*, a pedido do recorrente, concedi a extensão dos efeitos daquela decisão a ele, razão pela qual não

há nada a prover liminarmente no presente recurso, devendo o o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo singular acerca do atual andamento da ação penal, em especial, sobre a situação do acusado.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator